



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

SÉRIE ESPECIAL  
POLÍTICAS PÚBLICAS  
EM LINGUAGEM CIDADÃ

MEIO  
AMBIENTE

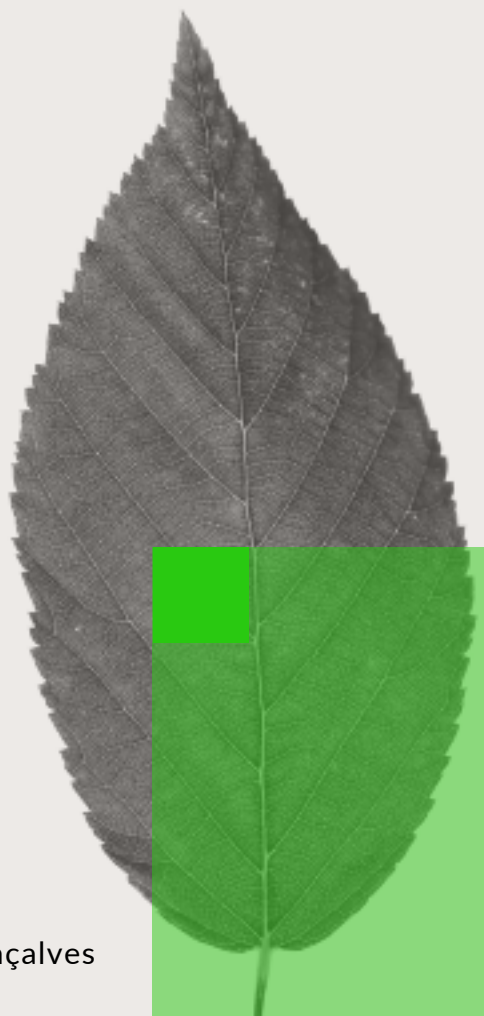
VOL. 1

ABR/2024

# Introdução à temática ambiental

# SPP 01.

Edra da Silva Gonçalves





## **DIRETORIA GERAL**

Rafael Fonseca Dayrell Farinha

## **DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO**

Lucas Leal Esteves

## **DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA**

Marcelo Mendicino

## **SEÇÃO DE CONSULTORIA EM ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS PÚBLICAS**

Evana Rezende Batista

## **CAPA**

Larissa Metzker

Gustavo Ziviani

Yasmin Schiess

*Seção de Criação Visual*

*Superintendência de Comunicação*

*Institucional*

## **AUTORIA**

Edra da Silva Gonçalves

*Consultora Legislativa de Meio Ambiente*

CONTATO: [divcol@cmbh.mg.gov.br](mailto:divcol@cmbh.mg.gov.br)

URL: [www.cmbh.mg.gov.br/A-Camara/publicacoes](http://www.cmbh.mg.gov.br/A-Camara/publicacoes)

Conforme a Deliberação da Mesa Diretora nº 3, de 2011, compete à Divisão de Consultoria Legislativa, entre outras atividades, elaborar textos técnicos, artigos, relatórios e outras peças informativas, bem como prestar assessoramento técnico às comissões, à Mesa Diretora e aos vereadores. Todos os Estudos e Notas Técnicas são produzidos em atendimento a solicitação de vereadora, de vereador, de comissão ou da Mesa Diretora.

O conteúdo deste trabalho é de responsabilidade dos autores e não representa posicionamento oficial da Câmara Municipal de Belo Horizonte ou da sua Divisão de Consultoria Legislativa.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte.

Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Como citar este texto:

GONÇALVES, Edra da Silva. Introdução à temática ambiental. Belo Horizonte: Divisão de Consultoria Legislativa/Câmara Municipal de Belo Horizonte, março de 2024. Série Especial - Políticas Públicas em Linguagem Cidadã, v. 1. Disponível em: <[www.cmbh.mg.gov.br/A-Camara/publicacoes](http://www.cmbh.mg.gov.br/A-Camara/publicacoes)>. Acesso em: (mês e ano).



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

SÉRIE ESPECIAL  
POLÍTICAS PÚBLICAS  
EM LINGUAGEM CIDADÃ

MEIO  
AMBIENTE

VOL. 1

ABR/2024

# Introdução à temática ambiental

# SPP 01.

Edra da Silva Gonçalves

## SUMÁRIO

1. <u>O que é meio ambiente?</u> .....	5
2. <u>Meio ambiente na Constituição de 1988</u> .....	6
3. <u>Direito Ambiental e seus princípios</u> .....	9
4. <u>Desenvolvimento Sustentável</u> .....	12
5. <u>Justiça ambiental</u> .....	14
6. <u>Um convite</u> .....	15

## 1. O que é meio ambiente?

### Meio ambiente

É bicho, é casa, é trabalho,  
é semente, é cultura, é natureza,  
é movimento, é mato, é alimento, é impacto,  
é terra, é luta, é equilíbrio, é recurso, é participação,  
é memória, é cidade, é escasso, é coletivo, é urgente,  
é diverso, é cor, é bem, é reflexão, é água, é ciência,  
é futuro, é gente, é clima, é preservação,  
é espaço, é relação...

O meio ambiente  
é tudo  
aquilo que  
permite,  
abriga e rege a  
vida. Abrange o  
meio físico, os  
seres vivos, o  
ambiente  
construído,  
as condições de  
trabalho  
e o patrimônio  
cultural [1].

***“O debate ambiental está imerso nas relações sociais”***

Pereira e Lopes (2021)

[1] Fonte: poema de autoria própria (2022) /ilustração: Canva; parte final elaborada com base no conceito de meio ambiente contido na Lei Federal nº 6.938/81 e na classificação de meio ambiente (natural, artificial, do trabalho e cultural) verificado na literatura jurídica relacionada ao direito ambiental.

## 2. Meio Ambiente na Constituição de 1988

### Constituição cidadã, Constituição ambiental

Além de consagrar a democracia e a cidadania, a atual Constituição da República representa um marco para a proteção ambiental no Brasil.

As constituições anteriores não tratavam especificamente da tutela do meio ambiente junto a comandos expressos para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, tal como previsto no art. 225, em capítulo próprio:

#### CAPÍTULO VI DO MEIO AMBIENTE

**Art. 225.** Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

- I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;
- II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;
- III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;
- IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;
- V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;
- VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;
- VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

VIII - manter regime fiscal favorecido para os biocombustíveis e para o hidrogênio de baixa emissão de carbono, na forma de lei complementar, a fim de assegurar-lhes tributação inferior à incidente sobre os combustíveis fósseis, capaz de garantir diferencial competitivo em relação a estes, especialmente em relação às contribuições de que tratam o art. 195, I, "b", IV e V, e o art. 239 e aos impostos a que se referem os arts. 155, II, e 156-A.

§ 2º Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

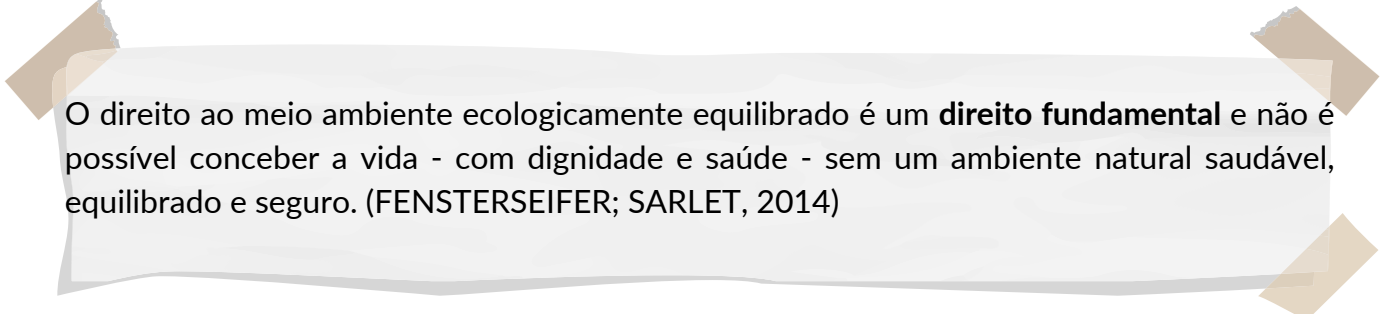
§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

§ 4º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

§ 5º São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

§ 6º As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

§ 7º Para fins do disposto na parte final do inciso VII do § 1º deste artigo, não se consideram cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, desde que sejam manifestações culturais, conforme o § 1º do art. 215 desta Constituição Federal, registradas como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro, devendo ser regulamentadas por lei específica que assegure o bem-estar dos animais envolvidos.



O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é um **direito fundamental** e não é possível conceber a vida - com dignidade e saúde - sem um ambiente natural saudável, equilibrado e seguro. (FENSTERSEIFER; SARLET, 2014)

## Art. 225: direito e dever de todos!



Eu, você, a vizinha, a empresa, a ONG, o prefeito, **TODOS** temos o direito e o dever de proteger o meio ambiente para as presentes e as futuras gerações.

O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é um **DIREITO DIFUSO**, relativo ao interesse de um número indeterminado de pessoas, não pertence a um único indivíduo.

O meio ambiente é bem de **USO COMUM DO POVO**. O poder público age como gestor e guardião dos bens ambientais e não como proprietário.

Existe uma repartição de competências em matéria ambiental que organiza a atividade normativa e administrativa na defesa do meio ambiente entre os entes federados.

O município tem papel fundamental no cumprimento do art. 225, pois é na **ESFERA LOCAL** que muitos dos problemas ambientais são evitados ou revelados. É onde há decisões e ações cruciais que podem alterar significativamente o equilíbrio ambiental e o cotidiano das pessoas.

**SE HÁ:** mais asfalto do que vegetação; poluição nos córregos; pessoas sem moradia adequada ocupando áreas de risco; mortes e prejuízos com as chuvas; material reciclável sendo aterrado; menos ar puro; entre outros problemas, a atuação da **CÂMARA MUNICIPAL**, da **PREFEITURA** e dos **CIDADÃOS** é essencial e urgente!



### 3. Direito Ambiental e seus princípios

Com base na doutrina de direito ambiental, através dos ensinamentos de Paulo Lemes Machado e de outras importantes referências nesta temática, é possível elencar elementos que oferecem noções gerais sobre o direito ambiental, seus princípios e funções no ordenamento jurídico:

#### O direito ambiental:

**REGULA** as atividades humanas para preservar o equilíbrio ambiental e a sadia qualidade de vida para as presentes e futuras gerações.

**PERMEIA** os demais ramos do direito, buscando sustentabilidade, ou seja, equilíbrio entre as dimensões humana, ecológica e econômica.

**BUSCA** articular a legislação, os estudos e as decisões judiciais sobre os diversos elementos que integram o ambiente e interligar políticas, normas e instrumentos de planejamento diversos para a promoção da sustentabilidade.

**REÚNE** princípios e regras relativos à proteção do meio ambiente.



Princípio é alicerce, é fundamento. Informa e orienta as normas jurídicas, como vigas que dão sustentação a um edifício. É essencial nos primeiros passos para a elaboração de normas, trazendo fundamentos para sua correta interpretação e aplicação (MARTINS *apud* Freitas, 2020).

#### Os princípios de direito ambiental:

**PROVÊM** de atos internacionais, da Constituição e da legislação.

**BALIZAM** a estruturação das políticas públicas ambientais e da legislação, bem como dos mecanismos de efetivação do direito ambiental.

Vinte e sete princípios foram proclamados na Conferência Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, promovida pelas Nações Unidas, entre eles:

#### **Princípio 1**

Os seres humanos estão no centro das preocupações com o desenvolvimento sustentável. Têm direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza.

#### **Princípio 3**

O direito ao desenvolvimento deve ser exercido de modo a permitir que sejam atendidas equitativamente as necessidades de desenvolvimento e de meio ambiente das gerações presentes e futuras.

#### **Princípio 10**

A melhor maneira de tratar as questões ambientais é assegurar a participação, no nível apropriado, de todos os cidadãos interessados. No nível nacional, cada indivíduo terá acesso adequado às informações relativas ao meio ambiente de que disponham as autoridades públicas, inclusive informações acerca de materiais e atividades perigosas em suas comunidades, bem como a oportunidade de participar dos processos decisórios. Os Estados irão facilitar e estimular a conscientização e a participação popular, colocando as informações à disposição de todos. Será proporcionado o acesso efetivo a mecanismos judiciais e administrativos, inclusive no que se refere à compensação e reparação de danos.

#### **Princípio 15**

Com o fim de proteger o meio ambiente, o princípio da precaução deverá ser amplamente observado pelos Estados, de acordo com suas capacidades. Quando houver ameaça de danos graves ou irreversíveis, a ausência de certeza científica absoluta não será utilizada como razão para o adiamento de medidas economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental.

#### **Princípio 16**

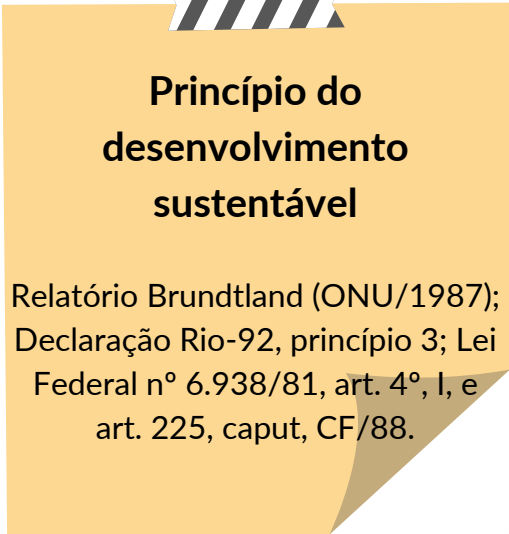
As autoridades nacionais devem procurar promover a internacionalização dos custos ambientais e o uso de instrumentos econômicos, tendo em vista a abordagem segundo a qual o poluidor deve, em princípio, arcar com o custo da poluição, com a devida atenção ao interesse público e sem provocar distorções no comércio e nos investimentos internacionais.

#### **Princípio 17**

A avaliação do impacto ambiental, como instrumento nacional, será efetuada para as atividades planejadas que possam vir a ter um impacto adverso significativo sobre o meio ambiente e estejam sujeitas à decisão de uma autoridade nacional competente.

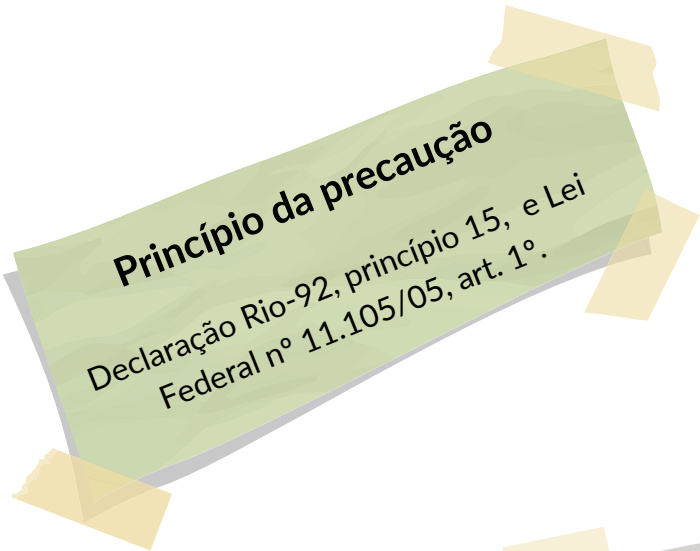
#### **Princípio 27**

Os Estados e os povos irão cooperar de boa fé e imbuídos de um espírito de parceria para a realização dos princípios consubstanciados nesta Declaração, e para o desenvolvimento progressivo do direito internacional no campo do desenvolvimento sustentável



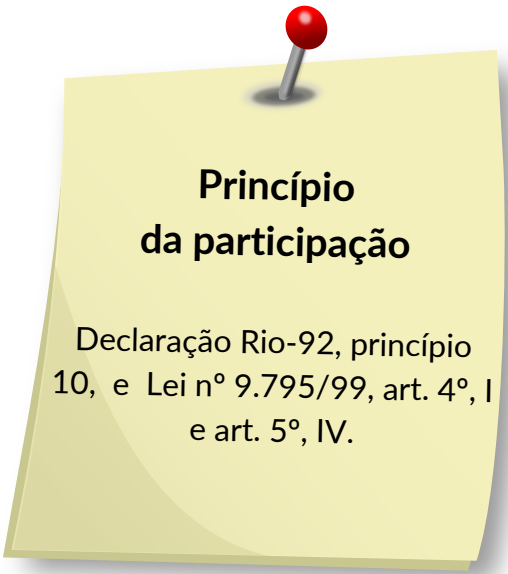
### **Princípio do desenvolvimento sustentável**

Relatório Brundtland (ONU/1987);  
Declaração Rio-92, princípio 3; Lei  
Federal nº 6.938/81, art. 4º, I, e  
art. 225, caput, CF/88.



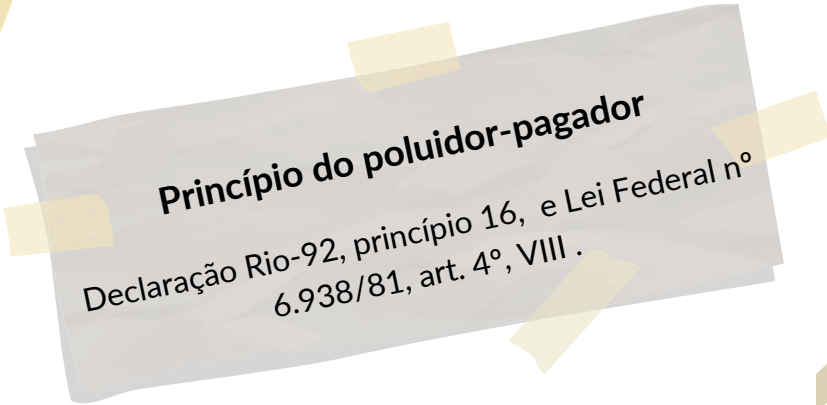
### **Princípio da precaução**

Declaração Rio-92, princípio 15, e Lei  
Federal nº 11.105/05, art. 1º.



### **Princípio da participação**

Declaração Rio-92, princípio  
10, e Lei nº 9.795/99, art. 4º, I  
e art. 5º, IV.



### **Princípio do poluidor-pagador**

Declaração Rio-92, princípio 16, e Lei Federal nº  
6.938/81, art. 4º, VIII.



E outros...

## 4. Desenvolvimento Sustentável

Em meio a tantas possibilidades de conceituação e contextualização a respeito do termo “desenvolvimento sustentável”, é importante destacar os contornos dados pelo Relatório de Brundtland (ONU, 1987), documento chamado de Nosso Futuro Comum, de inegável repercussão e importância:

*O desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades.[...] Muitos de nós vivemos além dos recursos ecológicos, por exemplo, em nossos padrões de consumo de energia [...] No mínimo, o desenvolvimento sustentável não deve pôr em risco os sistemas naturais que sustentam a vida na Terra: a atmosfera, as águas, os solos e os seres vivos. [...] Na sua essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, o direcionamento dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão em harmonia e reforçam o atual e futuro potencial para satisfazer as aspirações e necessidades humanas.*

Relatório Brundtland  
"O Nosso Futuro Comum" (ONU, 1987)

Outro destaque deve ser dado à **Agenda 2030** e aos **17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável** (ODSs). Por meio da Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da ONU (2015), foi estabelecida esta importante agenda.

A agenda 2030 refere-se a um compromisso assumido por líderes de 193 países, inclusive o Brasil, e coordenada pelas Nações Unidas, com base nos referidos ODSs e em 169 metas para o período de 2016 a 2030, como destacado pelo Portal CNJ - Conselho Nacional de Justiça.

Segundo o site das Nações Unidas do Brasil, esta agenda reafirma os resultados das grandes conferências e cúpulas que estabeleceram uma base sólida para o desenvolvimento sustentável e ajudaram a moldar a nova Agenda, incluindo-se:

- a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92);
- a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável;
- a Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social;
- o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento;
- a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).

## Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODSs



[Você sabia que o Plano Plurianual de Ação Governamental de Belo Horizonte está vinculado a estes objetivos? Acesse o plano no Portal da Transparência da prefeitura.](#)

## 5. Justiça Ambiental

Por estas breves noções introdutórias e com a emergência climática à nossa porta, é no mínimo complexo o desafio em torno do desenvolvimento sustentável. Trata-se de cuidar de uma casa comum e de um futuro comum, sem exploração predatória da natureza e sem deixar ninguém para trás.

Sabendo-se do histórico de desigualdades de toda ordem que assolam as populações em todo o mundo, o movimento de defesa ambiental se constituiu também da luta por justiça ambiental, conforme o entendimento e o conceito trazidos pela Rede Brasileira de Justiça ambiental - RBJA:

“**Justiça Ambiental** é uma noção que tem referência no processo histórico de construção da cultura dos direitos humanos e no contexto das lutas ambientalistas. O conceito surge no bojo da luta por direitos civis do movimento negro norte-americano, no início dos anos 1980. O movimento politizou o debate ambiental ao evidenciar que a distribuição desigual dos impactos caracterizava-se como prática de **racismo ambiental**. Sobretudo ao denunciar que os depósitos de lixo tóxico e de indústrias poluentes concentravam-se nas áreas habitadas por populações vulnerabilizadas pela discriminação, preconceito e desigualdades sociais – recaindo, em especial, sobre a população não branca do país. A partir desse debate, o conceito se internacionaliza, demonstrando a relação existente entre degradação ambiental e injustiça social. Estabelece-se, assim, uma agenda de reivindicações de políticas de proteção equânime diante dos riscos e danos ambientais e a reversão da lógica de distribuição desigual dos impactos ambientais. Além disso, há a crítica ao modelo dominante de desenvolvimento e a busca de alternativas a ele.”

**Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA/2022)**

Segundo a Declaração de Princípios da RBJA, a justiça ambiental é para que:

- nenhum grupo social suporte parcela desproporcional de danos ambientais;
- haja acesso justo e equitativo aos bens ambientais;
- seja amplo o acesso à informação e aos processos decisórios;
- seja favorecida a constituição e o protagonismo de sujeitos coletivos de direitos, em que os movimentos sociais e as organizações populares possam construir modelos alternativos de desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido e diante da atual crise climática revela-se a luta também por **justiça climática**, partindo-se do pressuposto de que os impactos das mudanças climáticas são sofridos de forma desigual pelas comunidades, acentuando os desafios de mitigação e adaptação.



*“Com o avanço das mudanças climáticas, populações tradicionais e minorias clamam por justiça e reparação de uma crise que não foi causada por elas”. (Site Galileu/Foto: Davi Augusto, 2023)*

Buscar soluções que favoreçam a infiltração da água no solo; conexão das pessoas com a natureza; moradias adequadas; menos geração de resíduos e aumento da arborização são formas de proteger o meio ambiente e de lidar com inundações, ondas de calor e outros problemas nas cidades. **Educação ambiental e sensibilização dos tomadores de decisão** são primordiais!

## 6. Um convite

De maneira bem sucinta, este material trouxe alguns elementos introdutórios e representa um convite à pesquisa da temática ambiental e à leitura dos próximos conteúdos a serem publicados nesta série especial de publicações.

O objetivo desta série é publicar informação técnica sobre a legislação e as políticas públicas em linguagem acessível ao público, simples de ler e entender.

Os próximos materiais vão trazer uma visão panorâmica sobre competências em matéria ambiental, política pública ambiental, fauna, meio ambiente no orçamento e no plano diretor e muito mais!



## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito ambiental. Atlas: São Paulo, 2020.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 01/03/2023

BRASIL. Lei Federal nº 6.938/1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

BRASIL. Lei Federal nº 9.795/1999 - Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

BRASIL. Senado Federal. Sessão Especial de Debates sobre 25 anos da Rio 92. Brasília, DF: Senado Federal, 2017. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/589791/001107013\\_Debates\\_25\\_anos\\_Rio\\_92.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/589791/001107013_Debates_25_anos_Rio_92.pdf?sequence=1&isAllowed=y).  
/

CENTRAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO BRASIL. Racismo ambiental e os desafios .para o desenvolvimento. 2022.[Figura]. Disponível em: <https://ctb.org.br/noticias/brasil/racismo-ambiental-e-os-desafios-para-o-desenvolvimento/>. Acesso em 06/07/2023.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. O que é a Agenda 2030. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/agenda-2030/o-que-e-a-agenda-2030/>. Acesso em 12/12/2023.

FREITAS, Maria Cecília Bacila de. BOSKOVIC, Alessandra Barichello. Princípios constitucionais do direito do trabalho e o poder diretivo do empregador. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 03, Vol. 01, pp. 57-99. Fevereiro de 2020. ISSN: 2448-0959. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/lei/poder-diretivo-do-empregador>

MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro. 22 ed. rev. atualiz. São Paulo: Malheiros Editores, 2014.

MACHADO, Paulo Affonso Leme; ARAGÃO, Maria Alexandra de Sousa. Princípios de Direito Ambiental. São Paulo: Editora JusPodium, 2022. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7590463/mod\\_resource/content/1/MACHADO%20e%20ARAG%C3%83O.%20Principios%20de%20Direito%20Ambiental%20p%C3%A1gs%2037%20-%2046.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7590463/mod_resource/content/1/MACHADO%20e%20ARAG%C3%83O.%20Principios%20de%20Direito%20Ambiental%20p%C3%A1gs%2037%20-%2046.pdf)

MARTINS, Sérgio Pinto. Instituições de direito público e privado. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2014. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/lei/poder-diretivo-do-empregador#:~:text=Segundo%20Sergio%20Pinto%20Martins%3A,sustent%C3%A1culo%20para%20o%20ordenamento%20jur%C3%ADdico>. Acesso em 28/06/2023.

NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL. A ONU e o meio ambiente. ONU, 2020. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91223-onu-e-o-meio-ambiente>. Acesso em 07/02/2024.



PEREIRA, Viviane Camejo; LOPES, Claudemira Vieira Gusmão. O ecologismo dos pobres e o racismo ambiental: reflexões sobre sociedade e natureza para uma educação ambiental crítica. *Divers@ Revista Eletrônica Interdisciplinar*, Matinhos, v. 14, n. 2, p. 110-125, jul./dez. 2021.

REDE BRASILEIRA DE JUSTIÇA AMBIENTAL. Declaração de Princípios da Rede Brasileira de Justiça Ambiental - RBJA. Disponível em: <https://rbja.org/wp-content/uploads/2022/12/Declaracao-de-Principios-da-RBJA.pdf>. Acesso em 05/07/2023.

FENSTERSEIFER, Tiago; SARLET, Ingo Wolfgang. *Direito Constitucional Ecológico: Constituição, direitos fundamentais e proteção da natureza*. 7º ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2014. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7590456/mod\\_resource/content/1/SARLET%20e%20Fensterseifer%20-%20Direito%20Constitucional%20Ecol%C3%B3gico%20p%C3%A1gs%2053%20-%2087.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7590456/mod_resource/content/1/SARLET%20e%20Fensterseifer%20-%20Direito%20Constitucional%20Ecol%C3%B3gico%20p%C3%A1gs%2053%20-%2087.pdf). Acesso em 05/04/2024

SILVA, Thomas de Carvalho. *O meio ambiente na Constituição Federal de 1988: trata do meio ambiente, seu conceito, a legislação ambiental brasileira e a tutela constitucional do meio ambiente*. *DireitoNet*, 2009. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/4873/O-meio-ambiente-na-Constituicao-Federal-de-1988>. Acesso em 28/06/2023.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE  
Avenida dos Andradas 3100 . Santa Efigênia . BH . MG  
[www.cmbh.mg.gov.br](http://www.cmbh.mg.gov.br)  
31 3555.1100